

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º 2010/9600-0114 DECORRENTE DO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 2010/21873 (9600) REALIZADO(A) EM CONFORMIDADE COM AS LEIS N.ºS 8.666 E 10.520, DE 21.06.93 E 17.07.2002, A LEI COMPLEMENTAR N.º 123, DE 14.12.2006, O DECRETO N.º 5.450, DE 31.05.2005, O DECRETO N.º 6.204, DE 05.09.2007 E O REGULAMENTO DE LICITAÇÕES DO BANCO DO BRASIL, PUBLICADO NO D.O.U. EM 24.06.96, QUE ENTRE SI FAZEM NESTA E MELHOR FORMA DE DIREITO, DE UM LADO O **BANCO DO BRASIL S.A.**, SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA, COM SEDE EM BRASÍLIA (DF), INSCRITO NO CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA SOB O NÚMERO 00.000.000/0001-91, ADIANTE DENOMINADO **CONTRATANTE**, NESTE ATO REPRESENTADO PELO(S) ADMINISTRADOR(ES) DO (A) GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO MODELAGEM E COMPRAS, SITUADA NO SBS – QUADRA 1 – BLOCO A LOTE 31 – 12º ANDAR – BRASÍLIA (DF) – CEP 70073-900, AO FINAL QUALIFICADO E, DO OUTRO LADO, A **EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.**, SITUADA À RUA SANTA LEONOR, 65 – BOA VIAGEM – RECIFE (PE), CEP 51.030-810, CNPJ 04.008.185/0002-12, NESTE ATO REPRESENTADA PELO SR. JOSÉ SANDERILSON PEREIRA DE ASSIS, ADMINISTRADOR, RG 607.812 SSP/RN, CPF 141.934.154-20, ADIANTE DENOMINADA **CONTRATADA**, CONSOANTE AS CLÁUSULAS ABAIXO. O PRESENTE CONTRATO TEVE SUA MINUTA-PADRÃO APROVADA PELO PARECER DIJUR-COJUR/CONSU N.º 14.388, DE 26.05.2004, PARECER DIJUR-COJUR/CONSU N.º 14.897, DE 12.09.2005 E A MINUTA ESPECÍFICA PELA NOTA JURÍDICA DIJUR-COJUR/CONSU N.º 15.308, DE 04.09.2006.

OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - O presente contrato tem por objeto a prestação de serviços de vigilância armada, compreendendo postos com cobertura ininterrupta, nos termos da legislação federal vigente, para dependências utilizadas pelo CONTRATANTE, no Estado de Pernambuco, Lotes 1 e 3.

Parágrafo Primeiro – Para a execução dos serviços objeto deste contrato, serão instalados, inicialmente, 89 postos de vigilância, podendo chegar à quantidade total estimada de 178 postos para o Lote 1, e para o Lote 3 serão instalados 152 postos, podendo chegar a 205 postos de vigilância. A instalação ou desinstalação de postos será formalmente comunicada, pelo CONTRATANTE, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias do evento (instalação ou desinstalação) ou em prazo menor, se acordado entre as partes, conforme abaixo:

LOTE 1

TIPO DE POSTOS (*)	QUANTIDADE ESTIMADA DE POSTOS	
	MÍNIMA	MÁXIMA
TIPO "A"	7	10
TIPO "B"	2	3
TIPO "C"	9	14
TIPO "D"	13	21
TIPO "E"	0	16
TIPO "F"	5	8
TIPO "G"	0	1
TIPO "H"	0	1
TIPO "I"	0	1
TIPO "J"	0	1
TIPO "K"	0	1
TIPO "L"	0	1
TIPO "M"	0	1
TIPO "N"	0	1
TIPO "O"	0	1
TIPO "P"	53	97
TOTAL DE POSTOS	89	178

(*) A Relação de Dependências e a Composição dos Tipos de Postos encontra-se discriminada no Documento n.º 2 deste contrato.

LOTE 3

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

TIPO DE POSTOS (*)	QUANTIDADE ESTIMADA DE POSTOS	
	MÍNIMA	MÁXIMA
TIPO "A"	19	25
TIPO "B"	0	1
TIPO "C"	0	1
TIPO "D"	0	1
TIPO "E"	0	1
TIPO "F"	0	1
TIPO "G"	0	1
TIPO "H"	0	1
TIPO "I"	0	1
TIPO "J"	0	1
TIPO "K"	0	1
TIPO "L"	0	1
TIPO "M"	0	1
TIPO "N"	0	1
TIPO "O"	0	1
TIPO "P"	133	166
TOTAL DE POSTOS	152	205

(*) A Relação de Dependências encontra-se discriminada no Documento n.º 2 do Anexo 06.

Parágrafo Segundo - A execução dos serviços inclui, também, a utilização de reforço diário de postos de vigilância armada (implementação temporária de postos adicionais de vigilância) e horas adicionais (prorrogação da jornada diária de trabalho) que serão requisitados a critério do CONTRATANTE, limitados a 20% do valor total da quantidade máxima estimada de postos.

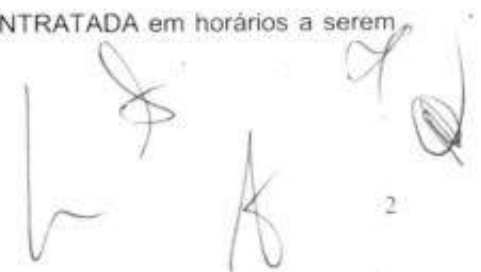
Parágrafo Terceiro - Os serviços destinam-se a prevenir e obstar assaltos, furtos, arrombamentos, seqüestros e outras ocorrências/atentados da espécie contra as dependências vigiladas, garantindo a incolumidade de funcionários e clientes e a preservação do patrimônio do CONTRATANTE, assim como o patrimônio de terceiros, eventualmente guardado/depositado nas dependências vigiladas.

Parágrafo Quarto - Os serviços serão prestados diretamente pela CONTRATADA, vedada a cessão, transferência ou subcontratação, total ou parcial, exceto se previstas neste contrato.

Parágrafo Quinto - O presente contrato poderá sofrer acréscimos de até 25% (vinte e cinco por cento), tomando por base o valor atualizado correspondente à quantidade máxima de postos indicada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, e reduções de até 25%, tomando por base o valor atualizado correspondente à quantidade mínima de postos indicada no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, a critério do CONTRATANTE e mediante aditivo contratual. Desde que acordado entre as partes, as supressões poderão exceder o percentual estabelecido neste parágrafo. Esta disposição não se aplica às variações entre as quantidades mínima e máxima indicadas na tabela do Parágrafo Primeiro desta Cláusula.

Parágrafo Sexto - Os serviços objeto deste contrato serão prestados pela CONTRATADA, de forma ininterrupta, cumprindo-se os seguintes critérios:

- dependências com atendimento ao público – de acordo com o previsto no "PLANO DE SEGURANÇA", descrito na Cláusula Segunda, abaixo, ressaltando que, durante todo o expediente interno da dependência deverá estar coberto com, no mínimo, 1 posto e, durante o expediente ao público com todos os postos, exceto quando se tratar do horário de intervalo de Posto "P", observando-se o contido na MSG – N.º 12/09 – GAB/CGCSP, de 15/04/09, do DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, quando expressamente determinado pelo CONTRATANTE.
- demaís dependências e postos – os serviços serão prestados pela CONTRATADA em horários a serem definidos pelo CONTRATANTE.



CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.,

ELABORAÇÃO DO PLANO DE SEGURANÇA

CLÁUSULA SEGUNDA – A CONTRATADA responsabiliza-se pela elaboração, sem ônus extra para o CONTRATANTE, de "PLANO DE SEGURANÇA" para cada uma das dependências a serem vigiadas, nos estritos limites da legislação federal específica sobre segurança bancária. O "PLANO DE SEGURANÇA", contemplando as normas de atuação fornecidas pelo CONTRATANTE e, após sua aprovação, servirá para estabelecer o esquema estratégico de vigilância armada no local.

Parágrafo Primeiro – A CONTRATADA deverá apresentar, em até 30 (trinta) dias após a data do início da prestação dos serviços o "CRONOGRAMA DE VISITAÇÃO" das dependências do CONTRATANTE a serem vigiadas, no qual será previsto, obrigatoriamente, a periodicidade mínima de visitas para cada mês.

Parágrafo Segundo – O "PLANO DE SEGURANÇA" de cada dependência será, obrigatoriamente, entregue pela CONTRATADA, ao CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias após a data limite estipulada para a primeira visita, no "CRONOGRAMA DE VISITAÇÃO".

Parágrafo Terceiro – O "PLANO DE SEGURANÇA" será, obrigatoriamente, elaborado de forma a contemplar os recursos/equipamentos existentes e alocados para a dependência do CONTRATANTE a que se refere.

Parágrafo Quarto – A falta de apresentação do "PLANO DE SEGURANÇA", ou sua apresentação irregular configura descumprimento integral do contrato, podendo o CONTRATANTE, promover sua rescisão, com base no artigo 78, da Lei 8.666/93.

PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS "PQOS"

CLÁUSULA TERCEIRA – A CONTRATADA obriga-se a apresentar (CSL RECIFE – Rua Itacarê, 137, térreo, Sala 9, Imbiribeira, Recife (PE), CEP 51.200-100), no prazo de 10 (dez), no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura deste contrato, "PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – PQOS", a ser aprovado pelo CONTRATANTE, por intermédio da DIGES – Diretoria de Gestão da Segurança.

Parágrafo Primeiro – O "PQOS" deverá ser apresentado sob a forma de relatório, onde constem as seguintes especificações:

ITEM	PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS
01	RECRUTAMENTO, SELEÇÃO E RECICLAGEM DE VIGILANTES a) exigência de formação ou reciclagem dos vigilantes, concluídos há menos de 2 (dois) anos da data da contratação dos serviços; b) aplicação de testes físicos e psicotécnicos para comprovação das aptidões dos vigilantes; c) aplicação de treinamento específico, antes da assunção dos serviços, para manuseio de equipamentos de segurança utilizados pelas instituições financeiras, com base em material didático a ser fornecido pela DIGES – Diretoria de Gestão da Segurança, na data da assinatura do contrato. d) comprovação, relativamente a cada empregado seu, da idoneidade moral necessária ao exercício dos serviços de vigilância e da inexistência de ações criminais. e) apresentação de cronograma para reciclagem dos vigilantes.
02	APOIO LOGÍSTICO - existência, na região do lote contratado, de sede ou base operacional, com plantão 24 h, dotada, no mínimo, de fax, telefone, local apropriado para guarda de armas e munições e veículo com sistema de comunicação com a base/sede, para atendimento emergencial ao contratante.

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

03	MONITORAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS a) apresentação dos métodos de acompanhamento e avaliação da performance dos vigilantes; b) apresentação de check-list de verificação a ser utilizado na supervisão dos serviços, devendo os relatórios serem mantidos em arquivo pelo prazo mínimo de 1(um) ano.
04	RESERVA TÉCNICA a) apresentação de estratégia operacional/metodologia adotada para a utilização de "reserva técnica", rotina de substituição e reforço dos vigilantes, inclusive para os pontos mais distantes ou de maior dificuldade; b) apresentação de planilha com demonstrativo do cálculo da definição da reserva técnica.
05	MANUTENÇÃO DE ARMAS E MUNIÇÕES - apresentação de plano de manutenção do armamento, de realização anual de teste real de tiro das armas e de substituição da munição do armamento.

Parágrafo Segundo – A falta de apresentação do "PQOS", ou o não preenchimento dos critérios mínimos de qualidade previstos, a que se refere o *caput* desta Cláusula, configura descumprimento integral do contrato, podendo o CONTRATANTE promover a sua rescisão, com base no art. 78, da Lei 8.666/93.

Parágrafo Terceiro – O CONTRATANTE acompanhará e fiscalizará a implantação e execução do "PQOS", em especial no que se refere ao recrutamento, seleção, reciclagem de vigilantes e à aquisição de armamento e munição, aquisição/locação de equipamentos ou imóveis, podendo, para tanto, solicitar informações à CONTRATADA, visitar as suas instalações e exigir o cumprimento das demais obrigações previstas neste contrato.

VIGÊNCIA E RESCISÃO

CLÁUSULA QUARTA- A vigência deste contrato é de 30 (trinta) meses, contada do início da prestação dos serviços, prorrogável por até 60 (sessenta) meses.

Parágrafo Primeiro - Os serviços deverão ser iniciados dentro do prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a contar do dia imediatamente posterior à data da assinatura deste contrato.

Parágrafo Segundo – Quando do início dos serviços, a CONTRATADA protocolará junto ao CONTRATANTE o "Termo de Assunção dos Serviços", conforme modelo constante do Documento nº4 deste contrato.

Parágrafo Terceiro - Toda prorrogação de prazo será justificada por escrito e ocorrerá mediante formalização de aditivo.

Parágrafo Quarto - A rescisão deste contrato poderá ocorrer nas seguintes hipóteses:

- administrativamente, a qualquer tempo, por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93, atualizada pela Lei 9.854, de 27.10.99;
- amigavelmente, formalizada em autorização escrita e fundamentada do CONTRATANTE, mediante aviso prévio por escrito, de 90 dias ou de prazo menor a ser negociado pelas partes à época da rescisão;
- judicialmente, nos termos da legislação.

Parágrafo Quinto - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Sexto - As responsabilidades imputadas à CONTRATADA, por prejuízos decorrentes de ações delitivas perpetradas contra o CONTRATANTE, não cessam com a rescisão do contrato.

Parágrafo Sétimo - A rescisão acarretará as seguintes consequências imediatas:

- execução da garantia contratual, para ressarcimento, ao CONTRATANTE, dos valores das multas aplicadas ou de quaisquer outras quantias ou indenizações a ele devidas;

=====

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

=====

b) retenção dos créditos decorrentes do contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

PREÇO

CLÁUSULA QUINTA – O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, mensalmente, o valor referente aos serviços efetivamente prestados, conforme discriminado no Demonstrativo de Orçamento de Custos integrante do Documento nº 1 deste contrato.

Parágrafo Primeiro - No valor fixado nesta cláusula, estão incluídas todas as despesas necessárias à plena execução dos serviços, tais como de pessoal, de administração e todos os encargos (obrigações sociais, impostos, taxas, etc.) incidentes sobre o serviço, inclusive a intrajornada, a reserva técnica e a função de render vigilante que se ausente de seu posto para cumprir intervalo de almoço.

Parágrafo Segundo – Considera-se PREÇO MENSAL TOTAL o preço unitário de todos os tipos de postos, multiplicados pela correspondente quantidade de postos efetivamente utilizados na prestação dos serviços, acrescido do valor correspondente às horas adicionais, postos a título de reforço.

CLÁUSULA SEXTA - O valor estipulado na cláusula anterior poderá ser revisto mediante solicitação formal da CONTRATADA, em que fique comprovada a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, adotando-se como parâmetro os preços praticados no mercado, mediante negociação entre as partes.

Parágrafo Primeiro – Para comprovar a variação no custo dos insumos que compõem o preço dos serviços, deverá ser apresentada planilha que contemple os mesmos itens do Documento nº 01 cotados na licitação, que é parte integrante deste Contrato, e outros documentos pertinentes, se for o caso.

Parágrafo Segundo - A primeira revisão poderá ocorrer somente após o prazo de um ano, contado a partir da data prevista para a apresentação da proposta na licitação, ou do orçamento de custos a que a proposta se referir, mantendo-se para as revisões subsequentes, a mesma periodicidade anual.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA somente fará jus à revisão do valor estipulado na **Cláusula Quinta**, com efeitos retroativos, se apresentar a correspondente solicitação dentro do prazo de até 60 (sessenta) dias, a contar da data da homologação da convenção ou do acordo coletivo que fixar o novo salário normativo da categoria profissional abrangida por este Contrato, tornando-se única e exclusiva responsável pelos prejuízos decorrentes da não apresentação da solicitação no período aqui determinado.

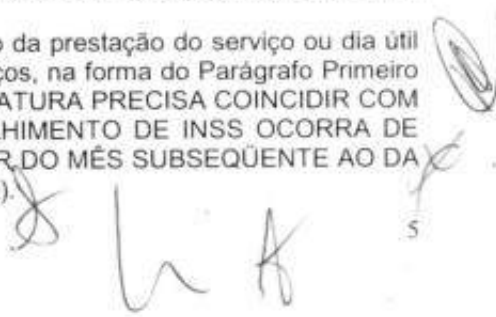
Parágrafo Quarto – Não serão admitidos como justificativas para embasar pedidos de revisão de preços, eventuais reajustes concedidos pela CONTRATADA a seus empregados, cujos termos colidam com a política econômica do Governo Federal, ou que concedam aumentos salariais e/ou vantagens não praticadas por outros setores da economia.

Parágrafo Quinto – O disposto nesta Cláusula não impede a eventual concessão de reequilíbrio contratual, na forma do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei 8.666/93.

PAGAMENTO

CLÁUSULA SÉTIMA - A nota fiscal/fatura deverá:

- a) conter o número do Contrato, o objeto contratual e o mês da prestação dos serviços;
- b) conter agência e número da conta corrente;
- c) conter a indicação dos serviços prestados, a identificação das dependências (prefixo, nome e endereço) onde esses serviços foram efetivamente realizados, assim como os respectivos valores proporcionais, na forma do modelo constante do documento 03 deste contrato.
- d) ser entregue ao CONTRATANTE, até o dia 15 do mês subsequente ao da prestação do serviço ou dia útil imediatamente anterior, para efetuar o respectivo pagamento dos serviços, na forma do Parágrafo Primeiro desta Cláusula (ATENÇÃO: O MÊS DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL/FATURA PRECISA COINCIDIR COM O MÊS DA REALIZAÇÃO DO PAGAMENTO, PARA QUE O RECOLHIMENTO DE INSS OCORRA DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO, NO DIA 10 OU DIA ÚTIL POSTERIOR DO MÊS SUBSEQUENTE AO DA EMISSÃO DA NOTA FISCAL/FATURA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO).



Handwritten signature and initials, possibly 'LHA', with a circled '5' to the right.

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

- e) ser emitida em separado para os postos fixos e para os serviços eventuais, ambos relativos à competência imediatamente anterior à emissão da nota fiscal;
- f) conter além dos dados do CONTRATANTE, a descrição do objeto contratado, o mês da prestação dos serviços, o número do contrato e o número da agência e conta corrente;
- g) conter a identificação das dependências (prefixo, nome e endereço) onde os serviços foram efetivamente realizados, com os respectivos valores proporcionais, o tipo e quantidade de postos de vigilância;

Parágrafo Primeiro - O pagamento será creditado em conta corrente mantida no Banco do Brasil S.A., em nome da CONTRATADA, no 5º (quinto) dia útil após o dia 15 do mês subsequente ao da prestação dos serviços, mediante a apresentação da respectiva nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços.

Parágrafo Segundo - Deverá ser apresentada, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo de prestação de serviços:

- a) fatura "A" - contemplará a dotação dos postos fixos de vigilância contratados, considerados os serviços prestados do primeiro ao último dia do mês correspondente à entrega da nota fiscal/fatura. Deverá ser anexada, relação discriminando os serviços por dependência usuária, com a indicação do valor, tipo e quantidade de postos de vigilância que compõem a dotação fixa contratada;
- b) fatura "B", contemplará a nota fiscal/fatura correspondente aos serviços eventuais contratados, não executados pela dotação fixa, no período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês anterior ao da entrega da documentação, acompanhada de mapa demonstrativo com detalhamento, por dependência usuária, desses serviços;

b.1) No caso de reforço, o CONTRATANTE ressarcirá à CONTRATADA o equivalente a 1 (um) dia do valor mensal por tipo de posto solicitado.

Parágrafo Terceiro - Deverá ser apresentada, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços, cópia da GFIP - Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social, comprovadamente entregue na rede bancária autorizada. A GFIP deverá:

- a) ser preenchida em nome da CONTRATADA;
- b) relacionar todos os empregados da CONTRATADA encarregados da execução dos serviços; e
- c) ser emitida para cada estabelecimento do CONTRATANTE.
- d) ser correspondente à última competência de recolhimento vencida, imediatamente anterior à data do pagamento.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA deverá apresentar, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços, prova de quitação, na forma da Cláusula Oitava, da folha de pagamento específica deste contrato, relativa ao mês da prestação de serviços, do crédito ao(s) empregado(s) dos valores referentes tanto à remuneração mensal quanto ao 13º salário, contendo o nome do(s) empregado(s) e o valor do crédito promovido (APLICÁVEL NO CASO DE NÃO PROCESSAMENTO DA FOLHA DE PAGAMENTO NO BANCO DO BRASIL).

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA deverá apresentar, anexa à nota fiscal/fatura ou recibo da prestação de serviços, comprovantes específicos, se for o caso, do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação.

Parágrafo Sexto - Constatando o CONTRATANTE qualquer divergência ou irregularidade na nota fiscal/fatura ou recibo de prestação de serviços ou na prova de quitação da folha de pagamento ou nos comprovantes específicos do contrato de fornecimento de auxílio-transporte e auxílio-alimentação, o documento será devolvido à CONTRATADA em, no máximo, 5(cinco) dias úteis a contar da apresentação, acompanhado das informações correspondentes às irregularidades verificadas, para as devidas correções. Neste caso, o CONTRATANTE terá o prazo de até 5(cinco) dias úteis, a contar da data da reapresentação do documento, para efetuar o pagamento.

Parágrafo Sétimo - A nota fiscal/fatura relativa aos serviços eventuais deverá estar acompanhada de demonstrativo detalhado por dependência usuária.

Parágrafo Oitavo - O CONTRATANTE efetuará a retenção e o recolhimento de tributos, quando a legislação assim o exigir.

=====

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

=====

Parágrafo Nono - O CONTRATANTE poderá exigir, quando do pagamento, a comprovação do cumprimento das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive decorrentes de 13º salários, auxílio alimentação e auxílio transporte, acidentes de trabalho, indenizações, multas e outras obrigações atinentes ao presente contrato, reservando-se o direito de reter o valor correspondente aos pagamentos devidos até a efetiva regularização das obrigações pendentes.

Parágrafo Décimo – Eventuais débitos vencidos, de responsabilidade da CONTRATADA junto a qualquer agência do CONTRATANTE, poderão ser compensados com recursos oriundos deste Contrato, respeitadas as formalidades legais.

Parágrafo Décimo Primeiro – A CONTRATADA que se declarar amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, deve informar esta condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal, apresentando as declarações pertinentes, conforme modelo no documento nº 5 deste Contrato.

CLÁUSULA OITAVA – A CONTRATADA concorda em firmar convênio, sem custo adicional, com o Banco do Brasil S.A., por intermédio de sua agência de relacionamento, para processar a folha de pagamento dos empregados que executaram o serviço contratado.

Parágrafo Único – Caso a CONTRATADA demonstre, em razões escritas, a impossibilidade ou a ocorrência de prejuízos, no atendimento ao disposto no “caput”, obrigar-se-á a apresentar junto com a fatura/nota fiscal ou recibo mensal da prestação dos serviços, documento(s) que comprove(m) tanto o pagamento dos salários quanto o pagamento do 13º salário dos seus empregados que executaram o serviço contratado, na forma prevista na Cláusula Sétima.

GARANTIA

CLÁUSULA NONA – A CONTRATADA se obriga a entregar ao CONTRATANTE (CSL RECIFE – Rua Itacaré, 137, térreo, Sala 9, Imbiribeira, Recife (PE), CEP 51.200-100), em 15 (quinze) dias contados a partir da data da assinatura do contrato, comprovante de garantia, na modalidade seguro garantia, no valor de R\$ 951.298,41 (novecentos e cinquenta e um mil e duzentos e noventa e oito reais e quarenta e um centavos) correspondente a 5% (cinco por cento) do preço global da quantidade mínima de postos do Lote, informada no Parágrafo Primeiro da Cláusula Primeira deste contrato, como forma de garantir a perfeita execução de seu objeto.

Parágrafo Primeiro – O pagamento das faturas poderá ser suspenso quando não apresentada a garantia, no prazo e local estipulados no parágrafo anterior.

Parágrafo Segundo - Havendo majoração do preço contratado, fica a critério do CONTRATANTE solicitar formalmente à CONTRATADA a integralização da garantia, limitada a 5% (cinco por cento) do novo preço. No caso de supressão, a alteração na garantia para adequação ao novo valor ocorrerá mediante solicitação da CONTRATADA, respeitado o percentual de 5% (cinco por cento) do novo preço contratado.

Parágrafo Terceiro - A garantia responderá pelo fiel cumprimento das disposições do contrato, ficando o CONTRATANTE autorizado a executá-la para cobrir multas, indenizações ou pagamento de qualquer obrigação, inclusive em caso de rescisão.

Parágrafo Quarto - Utilizada a garantia, a CONTRATADA obriga-se a integralizá-la no prazo de 5 (cinco) dias úteis contado da data em que for notificada formalmente pelo CONTRATANTE.

Parágrafo Quinto - O valor da garantia somente será liberado à CONTRATADA quando do término ou rescisão do contrato, desde que não possua dívida inadimplida com o CONTRATANTE e mediante expressa autorização deste.

Parágrafo Sexto – Em caso de caução em dinheiro, o valor depositado será administrado pelo BANCO DO BRASIL S.A., por meio de aplicações financeiras, de comum acordo com a CONTRATADA, que terá acesso aos extratos de simples verificação da conta de caução.

Parágrafo Sétimo – Em caso de fiança bancária, deverão constar no instrumento os seguintes requisitos:

- a) prazo de validade correspondente ao período de vigência do contrato.
- 

=====

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

=====

- b) expressa afirmação do fiador de que, como devedor solidário e principal pagador, fará o pagamento ao Banco do Brasil S.A., independentemente de interpelação judicial, caso o afiançado não cumpra suas obrigações;
- c) expressa renúncia do fiador ao benefício de ordem e aos direitos previstos nos artigos 827 e 838 do Código Civil;
- d) cláusula que assegure a atualização do valor afiançado.

Parágrafo Oitavo – Não será aceita fiança bancária que não atenda os requisitos acima.

Parágrafo Nono – Em se tratando de seguro-garantia, apólice deverá indicar:

- a) o CONTRATANTE como beneficiário;
- b) que o seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, no instrumento contratual, inclusive as de natureza trabalhista e/ou previdenciária, até o valor da garantia fixado na apólice;
- c) não será aceita apólice que contenha cláusulas contrárias aos interesses do CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo – Toda e qualquer garantia a ser apresentada responderá pelo cumprimento das obrigações da CONTRATADA eventualmente inadimplidas na vigência do contrato e da garantia, e não serão aceitas se o garantidor limitar o exercício do direito de execução ou cobrança ao prazo de vigência da garantia.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

CLÁUSULA DÉCIMA – Obriga-se a CONTRATADA a:

Parágrafo Primeiro - Cumprir todas as condições deste contrato e as leis federais, respectivos regulamentos e exigências que disciplinam os serviços objeto deste contrato.

Parágrafo Segundo - Manter, desde a data da assunção dos serviços, todas as ações, critérios, equipamentos e infra-estrutura mínimos discriminados no "PLANO DE QUALIDADE E OPERACIONALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS – PQOS", que integra este contrato, para todos os fins de direito.

Parágrafo Terceiro - Manter ininterruptamente cobertos todos os postos contratados, conforme estabelecido no Parágrafo Sexto, da Cláusula Primeira, deste contrato.

Parágrafo Quarto - Utilizar somente vigilantes registrados em seu quadro de pessoal, com treinamento específico para o exercício das funções inerentes à prestação dos serviços objeto deste contrato, aptos a portar armamento e prestar serviços de ação preventiva e repressiva, nas áreas indicadas pelo CONTRATANTE. Os vigilantes deverão possuir certificado de conclusão do curso de formação de vigilantes, expedidos por entidades competentes e portar a Carteira Nacional de Vigilantes em conformidade com a legislação em vigor.

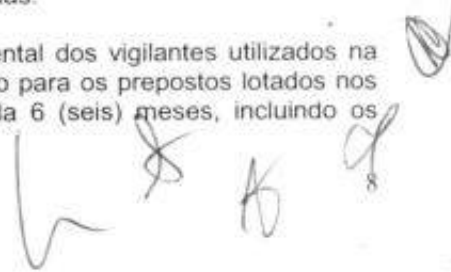
Parágrafo Quinto - Manter reserva técnica para cobertura de postos descobertos em decorrência de ausências de qualquer natureza dos vigilantes designados para a prestação dos serviços ora contratados.

Parágrafo Sexto - Fornecer, além do enxoval de uniforme previsto no Dissídio Coletivo da Categoria, os seguintes equipamentos:

- a) 1(um) cordão de segurança da arma – Alamar – 01 unidade
- b) colete à prova de balas, para os postos tipos "E" e "F";
- c) coletes à prova de balas, para os demais postos quando o fornecimento for obrigatório por força de determinação legislativa, Convenção ou Dissídio Coletivo da Categoria.

Parágrafo Sétimo – Apresentar comprovante de reciclagem dos vigilantes designados para prestação dos serviços objeto deste contrato, a cada 2 (dois) anos, a contar da data do término da formação ou da última reciclagem, por intermédio de empresas de treinamento devidamente autorizadas.

Parágrafo Oitavo - Apresentar comprovante de exame de saúde física e mental dos vigilantes utilizados na execução dos serviços objeto deste contrato, a cada 12 (doze) meses, exceto para os prepostos lotados nos CSO VALORES e CSO VALORES/SERET, que serão comprovados a cada 6 (seis) meses, incluindo os



=====

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

=====

exames oftalmológico, auditivo, neurológico, psicológico e nível de "stress", visando garantir sua aptidão para o desempenho de sua atividade.

Parágrafo Nono - Fornecer as armas – calibre 38 – e munições necessárias à execução dos serviços contratados e os equipamentos portáteis de uso do vigilante que sejam considerados indispensáveis à manutenção de elevados padrões de serviço.

Parágrafo Décimo - Manter, em sua sede e filiais reserva técnica, visando garantir a substituição, quando necessário, dos equipamentos utilizados pelos vigilantes designados para a execução dos serviços contratados.

Parágrafo Décimo Primeiro – Responsabilizar-se pela manutenção e guarda das armas, providenciando mobiliário e acessórios adequados. Disponibilizar 02 (duas) cargas completas de munição por arma. Substituir a munição, no máximo a cada 12 (doze) meses.

Parágrafo Décimo Segundo - Realizar o controle de acesso das dependências vigiadas, de acordo com normas internas do CONTRATANTE.

Parágrafo Décimo Terceiro - Atender, em sua totalidade, e no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas da solicitação, os pedidos de reforço formalizados pelo CONTRATANTE. O não atendimento das solicitações de reforço configura responsabilidade da CONTRATADA por eventuais prejuízos sofridos pelo CONTRATANTE, em virtude de assaltos, arrombamentos, desaparecimento de materiais e outras ocorrências da espécie, sucedidas durante o período para o qual foi solicitado o reforço.

Parágrafo Décimo Quarto – Realizar compromisso de responsabilização pelo qual seus diretores e empregados guardem como segredo profissional todas as informações que lhes venham a ser confiadas para fins do cumprimento do presente contrato.

Parágrafo Décimo Quinto - Exercer fiscalização e controle sistemático do desempenho de seus vigilantes, por meio de, no mínimo, uma visita mensal de seus supervisores às dependências vigiadas.





Parágrafo Décimo Sexto - Emitir "LIVRO DE OCORRÊNCIAS" para cada dependência vigiada, contendo as páginas numeradas, termo de abertura e encerramento. O preposto da CONTRATADA registrará no "LIVRO DE OCORRÊNCIAS", dentre outras situações, a data e horário da fiscalização e as ocorrências observadas. O "LIVRO DE OCORRÊNCIAS" ficará em posse da administração da dependência vigiada.

Parágrafo Décimo Sétimo- Supervisionar diariamente os serviços executados, por intermédio de representante da CONTRATADA especialmente designado e credenciado para esse fim, sempre que o contingente fixo de vigilância que atuar em um mesmo prédio e, simultaneamente, em um mesmo turno, for composto por mais de 10 vigilantes. Quando o número de "Postos Tipo C" em um mesmo prédio for superior a 10, o serviço de supervisão deverá ser ininterrupto; observado que:

- a) o supervisor da CONTRATADA a que se refere este inciso deverá permanecer, durante o turno considerado, no ambiente da dependência vigiada;
- b) o supervisor poderá ser solicitado, pelo CONTRATANTE, mesmo que o número de vigilantes não atinja a quantidade retro mencionada;
- c) para a execução da supervisão a que se refere o *caput* deste parágrafo, a CONTRATADA obriga-se a fornecer 01 (um) rádio comunicador por pavimento existente na dependência vigiada.

Parágrafo Décimo Oitavo - Fornecer rádios para comunicação entre os postos, para as dependências onde for registrado o número de equipamentos na coluna "RÁDIOS HT", da Relação de Dependências. Tais rádios deverão conter, obrigatoriamente, acessórios que permitam a comunicação ininterrupta e possibilite ao vigilante estar com as mãos livres (microfone de orelha ou de cabeça e sistema de acionamento sensível à voz). A CONTRATADA deverá, também, fornecer baterias (cargas) em quantidade que garanta o funcionamento pleno dos equipamentos durante a atividade dos postos, bem como deve ser preservada a manutenção de forma a não ocorrerem situações de descontinuidade de uso do recurso, e na quantidade listada na Relação de Dependências.

Parágrafo Décimo Nono - Providenciar, de imediato, a correção de qualquer irregularidade detectada na prestação dos serviços, após comunicação formal do CONTRATANTE.

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

Parágrafo Vigésimo - Comunicar ao CONTRATANTE, imediata e formalmente, qualquer anormalidade ou dificuldade constatada na execução dos serviços.

Parágrafo Vigésimo Primeiro - Responder, civilmente, por quaisquer lesões de direito decorrentes de ação ou omissão de seus diretores, empregados, prepostos ou mandatários, aí incluídos eventuais danos emergentes e lucros cessantes.

Parágrafo Vigésimo Segundo - Ressarcir ao CONTRATANTE todos os danos decorrentes da subtração de seus bens ou valores, ou de bens e valores de terceiros, tanto daqueles guardados/depositados nas dependências vigiadas, como dos que se encontrem na posse desses terceiros, durante sua permanência nas dependências vigiadas, quando tais ações ocorrerem por culpa da CONTRATADA.

Parágrafo Vigésimo Terceiro - Ressarcir ao CONTRATANTE os danos resultantes da divulgação ou uso indevidos de informações sigilosas do CONTRATANTE, quando tais ações forem praticadas por prepostos ou empregados da CONTRATADA, ou quando tais ações ocorrerem em consequência de atos seus, omissivos ou comissivos.

Parágrafo Vigésimo Quarto - Responsabilizar-se, na hipótese de ocorrência de acidentes de trabalho em que sejam vítimas seus empregados, por todas as obrigações estabelecidas pela legislação específica, adotando as providências ali previstas.

Parágrafo Vigésimo Quinto - Cumprir toda e qualquer instrução do CONTRATANTE que vise a resguardar a segurança das dependências vigiadas, inclusive no que diz respeito ao controle de acesso àquelas dependências.

Parágrafo Vigésimo Sexto - Manter sob sua responsabilidade a guarda de comprovante de aquisição ou locação de equipamentos e, aquisição de armas, munições e veículos, a serem utilizados na prestação dos serviços ora contratados.

Parágrafo Vigésimo Sétimo - A qualquer tempo, a pedido do CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá apresentar a documentação comprobatória das exigências contidas nesta cláusula;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – Para cada empregado que será alocado na execução dos serviços do CONTRATANTE, incluindo a reserva técnica a que se refere o Parágrafo Quinto da Cláusula Décima, a CONTRATADA deverá apresentar até o 5º (quinto) dia útil que antecede a data de início da prestação dos serviços os seguintes documentos:

- a) ficha individual para cada empregado, acompanhada de fotografia atualizada no tamanho 3x4, contendo, no mínimo, os seguintes indicadores:
 - nome completo;
 - número do documento de identidade, data e órgão expedidor;
 - CPF;
 - endereço;
 - nome dos genitores;
 - estado civil e, se casado, o nome do cônjuge;
 - dependência do CONTRATANTE para onde será alocado o empregado;
- b) comprovante de registro profissional na Delegacia Regional do Trabalho do Ministério do Trabalho; certificado de conclusão de curso de formação de vigilante e, quando for o caso, reciclagem; Carteira de Trabalho e Previdência Social, na parte referente à identificação e vínculo empregatício e laudo médico comprovando estar em boas condições de saúde física e mental;
- c) declaração, assinada pelo representante legal da CONTRATADA, de que foi comprovado, relativamente a cada empregado seu, a idoneidade moral necessária ao exercício dos serviços de vigilância, mediante verificação do bom conceito funcional nos últimos 2 (dois) empregos, a comprovação de residência e a inexistência de antecedentes criminais.
- d) comprovante da apólice de seguro de vida em grupo, que deverá conter o número da apólice, o nome da empresa, o número de segurados e a data de vencimento.

Parágrafo Primeiro – Os arquivos contendo os dados e datas de vencimento constantes das alíneas "a" e "d" desta Cláusula, deverão ser entregues, pela CONTRATADA, em disquete.

=====

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

=====

Parágrafo Segundo - A ficha individual de cada vigilante e as cópias dos documentos comprobatórios arroladas na alínea "b" desta Cláusula, serão encaminhados à dependência do CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE reserva-se o direito de impugnar a prestação do serviço por vigilante que, através da documentação apresentada, não preencha as condições exigidas para a prestação dos serviços de vigilância armada em suas dependências.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - A CONTRATADA obriga-se a fornecer ao CONTRATANTE, para sua aprovação, toda a documentação solicitada nas alíneas "a" a "d" da CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA, relativa a cada novo empregado designado para a execução dos serviços ora contratados.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Deverá a CONTRATADA apresentar comprovante de contratação e/ou renovação do seguro de vida em grupo, assegurado aos vigilantes pelo inciso IV, do art. 19, da Lei nº 7.102, de 20.06.83, e suas atualizações.

CLÁUSULAS GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Para realização dos serviços contratados, a CONTRATADA designará empregados de seu quadro, especializados e devidamente credenciados, assumindo total responsabilidade pelo controle de frequência, disciplina e pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias, inclusive as decorrentes de acidentes, indenizações, multas, seguros, pagamentos a fornecedores diretos, normas de saúde pública e regulamentadoras do trabalho, assim como pelo cumprimento de todas as demais obrigações atinentes ao presente contrato, inclusive a intrajornada, a reserva técnica e a função de render vigilante que se ausente de seu posto para cumprir intervalo de almoço.

Parágrafo Primeiro - A CONTRATADA deverá manter em pasta própria a documentação relativa a registro, horário de trabalho e atividade de seus empregados, sob seu controle, sua guarda e responsabilidade, em recinto do CONTRATANTE (Instrução Normativa MTB nº 03, de 29.08.97).

Parágrafo Segundo - A inadimplência da CONTRATADA, com referência aos encargos mencionados nesta cláusula, não transfere ao CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento. Caso venha o CONTRATANTE a satisfazê-los ser-lhe-á assegurado direito de regresso, sendo os valores pagos atualizados financeiramente, desde a data em que tiverem sido pagos pelo CONTRATANTE até aquela em que ocorrer o ressarcimento pela CONTRATADA.

Parágrafo Terceiro - O CONTRATANTE poderá exigir, a qualquer momento, a comprovação do cumprimento das obrigações mencionadas no "caput" desta cláusula.

Parágrafo Quarto - Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA o cumprimento das normas regulamentares da "Segurança e Medicina do Trabalho" cabíveis, bem como, se for o caso, a obrigação de organizar "Comissão Interna de Prevenção de Acidentes - CIPA."

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA se obriga a exigir que seus empregados, durante o período que permanecerem nas dependências do CONTRATANTE, trajem uniforme adequado e completo, portem crachá de identificação por ela subscrito, onde constará, além da razão social, o nome completo do servidor, função, data de admissão, número do PIS/PASEP, seu número de registro na empresa e o respectivo horário de trabalho.

Parágrafo Sexto - A CONTRATADA se obriga a substituir, mediante solicitação formal e a critério do CONTRATANTE, qualquer de seus empregados designados para executar as tarefas correspondentes a este contrato, que não esteja correspondendo aos padrões estabelecidos pelo CONTRATANTE. A CONTRATADA terá o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da data da solicitação, para proceder à troca, sob pena de multa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A CONTRATADA se compromete a fornecer, por escrito e mediante solicitação do CONTRATANTE, relatório sobre os serviços prestados, acatando sugestões motivadas, visando corrigir possíveis falhas e melhor atender às necessidades do CONTRATANTE.

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - A CONTRATADA se obriga a manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação exigidas na contratação/licitação. Assume, ainda, a obrigação de apresentar, no término do prazo de validade de cada documento, os seguintes comprovantes devidamente atualizados:

- a) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, compreendendo a Certidão de Quitação de Tributos e a Certidão Quanto a Dívida Ativa - ou outras equivalentes, na forma da lei - expedidas, em cada esfera de governo, pelo órgão competente;
- b) prova de regularidade perante o INSS - Instituto Nacional de Seguro Social, mediante apresentação da CND - Certidão Negativa de Débito;
- c) prova de regularidade perante o FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, mediante apresentação do CRF - Certificado de Regularidade de Fundo de Garantia, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

Parágrafo Primeiro – Com exceção da GFIP, os documentos exigidos neste contrato deverão ser apresentados no original, em cópia autenticada por cartório ou por publicação em órgão da imprensa oficial. A autenticação poderá ser feita, ainda, mediante cotejo da cópia com o original, por funcionário do CONTRATANTE devidamente identificado.

Parágrafo Segundo - Se a CONTRATADA estiver desobrigada da apresentação de quaisquer documentos solicitados nesta cláusula deverá comprovar esta condição por meio de certificado expedido por órgão competente ou legislação em vigor, na forma exigida no parágrafo primeiro.

Parágrafo Terceiro - A CONTRATADA estará dispensada de apresentar os documentos de que trata esta cláusula, caso seja possível, ao CONTRATANTE, verificar a regularidade fiscal da CONTRATADA por meio de consulta on-line ao SICAF.

Parágrafo Quarto – O CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir administrativamente o contrato quando a CONTRATADA não comprovar sua regularidade de situação, na forma descrita nesta cláusula. A rescisão se dará mediante comunicação formal à CONTRATADA.

Parágrafo Quinto – Sendo a CONTRATADA empresa estrangeira, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, autenticados pelos respectivos consulados ou embaixadas e traduzidos por tradutor juramentado no Brasil.

Parágrafo Sexto – Além dos documentos relacionados no caput desta cláusula, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE os seguintes documentos:

- a) trimestralmente: certidão de débito salarial e certidão de infrações trabalhistas emitidas pelas Delegacias Regionais do Trabalho da jurisdição onde os serviços são prestados;
- b) anualmente: balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei e nos mesmos moldes exigidos quando da licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – A CONTRATADA declara e obriga-se a:

- a) exercer suas atividades em conformidade com a legislação vigente;
- b) não se utilizar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, de trabalho ilegal e/ou análogo ao escravo;
- c) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, insalubre ou perigoso;
- d) não empregar direta ou indiretamente, por meio de seus fornecedores de produtos e serviços, menor de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, e, neste caso, o trabalho não poderá ser perigoso ou insalubre, ocorrer em horário noturno e/ou de modo a não permitir a frequência escolar;
- e) não se utilizar de práticas de discriminação negativa e limitativas para o acesso e manutenção do emprego, tais como por motivo de sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar, estado gravídico, etc.;
- f) proteger e preservar o meio ambiente, prevenindo práticas danosas e executando seus serviços em observância à legislação vigente, principalmente no que se refere aos crimes ambientais.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Os serviços objeto deste contrato serão fiscalizados por representantes ou comissão de representantes do CONTRATANTE, que terão a atribuição de prestar orientações gerais e

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

exercer o controle e a fiscalização da execução contratual. As orientações serão prestadas diretamente a preposto designado pela CONTRATADA, por ocasião da assinatura do presente contrato, nos termos do art. 68, da Lei nº 8.666/93.

Parágrafo Único – A ação da fiscalização não exonera a CONTRATADA de cumprir as obrigações contratuais assumidas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - Qualquer reclamação sobre a inexecução ou deficiente execução dos serviços ora contratados, deverá ser feita pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, por escrito, e a esta entregue mediante protocolo – aviso de recebimento (AR) ou por outros meios com confirmação de recebimento. O não atendimento aos termos da reclamação a que alude esta cláusula, dentro de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da entrega da reclamação, facultará a rescisão contratual, sem prejuízo do disposto na CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA e VIGÉSIMA SEGUNDA, e seu parágrafo, e da aplicação das penalidades estabelecidas neste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – A inexecução total ou parcial pela CONTRATADA dos serviços objeto do presente instrumento, relevantes para o funcionamento regular das atividades bancárias, dará ao CONTRATANTE o direito de contratar o serviço de outra empresa. A contratação, em caráter eventual, se dará até que a CONTRATADA retorne às atividades normais ou até que seja providenciada nova contratação, no caso de rescisão.

Parágrafo Único – As despesas com a contratação eventual, de que trata o Caput desta Cláusula, serão de responsabilidade da CONTRATADA quando comprovadamente, esta tiver dado causa a interrupção do serviço objeto deste contrato. A critério do CONTRATANTE, poderá ser utilizada a garantia, no todo em parte, devendo a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelo valor que exceder a garantia contratual. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar o respectivo ressarcimento até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A CONTRATADA responderá pecuniariamente por danos e/ou prejuízos que forem causados ao CONTRATANTE, ou a terceiros, decorrentes de falha dos serviços ora contratados, inclusive os motivados por greves ou atos dolosos de seus empregados. Assume a CONTRATADA, nesse caso, a obrigação de efetuar a respectiva indenização até o 5º (quinto) dia útil após a comunicação, que lhe deverá ser feita por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - A CONTRATADA se obriga a informar ao CONTRATANTE, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - Na hipótese de fusão, cisão, incorporação ou associação da CONTRATADA com outrem, o CONTRATANTE reserva-se o direito de rescindir o contrato, ou continuar sua execução com a empresa resultante da alteração social.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - É vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar o presente contrato como garantia para qualquer operação financeira.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - A CONTRATADA não poderá utilizar o nome do CONTRATANTE, ou sua qualidade de CONTRATADA em quaisquer atividades de divulgação empresarial, como, por exemplo, em cartões de visitas, anúncios diversos, impressos etc., sob pena de imediata rescisão do presente contrato, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, sem prejuízo da responsabilidade da CONTRATADA.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – A CONTRATADA se compromete a guardar sigilo absoluto sobre as atividades decorrentes da execução dos serviços e sobre as informações a que venha a ter acesso por força da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - A não utilização, pelas partes, de qualquer dos direitos assegurados neste contrato, ou na lei em geral, não implica em novação, não devendo ser interpretada como desistência de ações futuras. Todos os meios postos a disposição neste contrato são cumulativos e não alternativos, inclusive com relação a dispositivos legais.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - São assegurados ao CONTRATANTE todos os direitos e faculdades previstos na Lei nº 8.078, de 11.09.90 (Código de Defesa do Consumidor).

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - Os atos praticados pela CONTRATADA, prejudiciais à execução do contrato, sujeitam-na às seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o CONTRATANTE e suas subsidiárias, por até 2 (dois) anos e, se for o caso, descredenciamento no SICAF, por até 5 (cinco) anos ou enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a União enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo Primeiro - Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo.

Parágrafo Segundo - A aplicação das penalidades ocorrerá após defesa prévia do interessado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Terceiro - No caso de aplicação de advertência, multa por inexecução total ou parcial do contrato e suspensão temporária, caberá apresentação de recurso no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato.

Parágrafo Quarto - Nos prazos de defesa prévia e recurso, será aberta vista do processo aos interessados.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - A advertência poderá ser aplicada quando ocorrer:

- a) descumprimento das obrigações contratuais que não acarretem prejuízos para o CONTRATANTE;
- b) execução insatisfatória ou pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços desde que sua gravidade não recomende a aplicação da suspensão temporária ou declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - O CONTRATANTE poderá aplicar à CONTRATADA multa por inexecução total ou parcial do contrato correspondente a até 20% (vinte por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior para os serviços descritos na CLÁUSULA PRIMEIRA.

Parágrafo Primeiro - Em caso de reincidência, o valor da multa estipulada no "caput" desta cláusula será elevado em 1% (um por cento) a cada reincidência, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor da nota fiscal/fatura de serviços apresentada no mês anterior.

Parágrafo Segundo - A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório, e a sua cobrança não isentará a CONTRATADA da obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Terceiro - A multa aplicada à CONTRATADA e os prejuízos por ela causados ao CONTRATANTE serão deduzidos de qualquer crédito a ela devido, cobrados diretamente ou judicialmente.

Parágrafo Quarto - A CONTRATADA desde logo autoriza o CONTRATANTE a descontar dos valores por ele devidos o montante das multas a ela aplicadas.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - A suspensão temporária será aplicada quando ocorrer:

- a) apresentação de documentos falsos ou falsificados;
- b) reincidência de execução insatisfatória dos serviços contratados;
- c) atraso, injustificado, na execução/conclusão dos serviços, contrariando o disposto no contrato;
- d) reincidência na aplicação das penalidades de advertência ou multa;
- e) irregularidades que ensejem a rescisão contratual;
- f) condenação definitiva por praticar fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- g) prática de atos ilícitos visando prejudicar a execução do contrato;

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO - LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

- h) prática de atos ilícitos que demonstrem não possuir o PROPONENTE idoneidade para contratar com o Banco;
- i) inadimplemento, por parte da CONTRATADA, de obrigações trabalhistas e previdenciárias devidas aos seus empregados;
- j) descumprimento das obrigações deste Contrato, especialmente aqueles relativas às características dos serviços.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - A declaração de inidoneidade poderá ser proposta ao Ministro da Fazenda quando constatada a má-fé, ação maliciosa e premeditada em prejuízo do CONTRATANTE, evidência de atuação com interesses escusos ou reincidência de faltas que acarretem prejuízo ao CONTRATANTE ou aplicações sucessivas de outras penalidades.

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - Fazem parte integrante deste contrato, independente de transcrição, todas as disposições do instrumento convocatório da Licitação referida no preâmbulo, bem como aquelas constantes da Proposta apresentada.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - Fica eleito o foro da Circunscrição Judiciária de Brasília, para dirimir as dúvidas oriundas do presente contrato, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.)

E, por se acharem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento em 3 (três) vias e igual teor, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília (DF), 28/10/2010

CONTRATANTE:

CONTRATADA:

Cezar L. F. Faria
RG: 3.314.648-5/PR
CPF: 458.811.399-5

Ivaci Pozenato Costa
RG: 3.641.910-5 SSP/PR
CPF: 441.415.729-34

José Sanderjilson Pereira de Assis, Administrador,
RG 607.812 SSP/RN, CPF 141.934.154-20

TESTEMUNHAS:

Nome: Renê M. C. Barfi
CPF: 068.100.658-73

Nome: Rafaela Queiroz Primo
CPF: 049.856.661-49



Reconheço a(s) assinatura(s) de JOSE SANDERILSON PEREIRA DE ASSIS

ASSIS Dou fé, 28/10/10

Em Brasília, 28 de Outubro de 2010, a(s) verdade.

[Assinatura]

Assinado em Brasília em 28 de Outubro de 2010

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

DOCUMENTO N.º 01 DO CONTRATO
DEMONSTRATIVO DE ORÇAMENTO DE CUSTOS

LOTE 1

ITENS	VALORES EM REAIS (R\$)														
	Posto A	Posto B	Posto C	Posto D	Posto E	Posto F	Posto G	Posto H	Posto I	Posto J	Posto K	Posto L	Posto M	Posto N	Posto O
MONTANTE "A"															
Piso Salarial	607,29	607,29	2.429,16	2.429,16	607,29	607,29	1.214,58	1.214,58	1.214,58	607,29	607,29	2.429,16	1.821,87	1.214,58	2.429,16
Adicional Noturno	0,00	125,14	175,19	175,19	0,00	0,00	0,00	0,00	43,80	0,00	125,14	175,19	175,19	0,00	175,19
Adicional Noturno Reduzida	0,00	116,88	163,63	163,63	0,00	0,00	0,00	0,00	46,11	0,00	116,88	163,63	163,63	0,00	163,63
Adicional risco de vida	182,19	182,19	728,76	728,76	182,19	182,19	364,38	364,38	364,38	182,19	182,19	728,76	546,57	364,38	728,76
Descanso semanal remunerado	23,38	71,78	133,22	133,22	23,38	23,38	23,38	32,73	50,71	23,38	71,78	133,22	109,84	32,73	133,22
Intra-jornada	116,88	116,88	327,27	327,27	116,88	116,88	116,88	163,63	163,63	116,88	116,88	327,27	210,38	163,63	327,27
Sub total (Remuneração)	929,74	1.220,16	3.957,23	3.957,23	929,74	929,74	1.719,22	1.719,22	1.883,21	929,74	1.220,16	3.957,23	3.027,48	1.775,32	3.957,23
Sub total	929,74	1.220,16	3.957,23	3.957,23	929,74	929,74	1.719,22	1.719,22	1.883,21	929,74	1.220,16	3.957,23	3.027,48	1.775,32	3.957,23
Encargos Sociais (73,85%)	686,61	901,09	2.922,41	2.922,41	686,61	686,61	1.269,64	1.311,07	1.390,75	686,61	901,09	2.922,41	2.235,79	1.311,07	2.922,41
TOTAL MONTANTE "A"	1.616,35	2.121,25	6.879,64	6.879,64	1.616,35	1.616,35	2.988,86	3.086,39	3.273,96	1.616,35	2.121,25	6.879,64	5.263,27	3.086,39	6.879,64
MONTANTE "B"															
Uniformes	23,62	23,62	94,48	94,48	23,62	23,62	47,24	47,24	121,80	23,62	23,62	94,48	70,86	47,24	94,48
Armas/Munições	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	0,00	0,00	28,75
Cofete a prova balas	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	0,00	0,00	11,67
Vale Alimentação	176,00	176,00	480,00	480,00	176,00	176,00	176,00	480,00	240,00	176,00	176,00	480,00	304,00	176,00	480,00
Vale Transporte	44,96	44,96	76,25	76,25	44,96	44,96	8,53	38,13	38,13	44,96	44,96	76,25	31,29	38,13	76,25
Manutenção e depreciação equip	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	35,00	35,00	9,80
Treinamento/reciclagem pessoal	7,08	7,08	28,32	28,32	7,08	7,08	14,16	14,16	25,00	7,08	7,08	28,32	21,24	14,16	28,32
Exame médico/psicológico	5,60	5,60	22,40	22,40	5,60	5,60	11,20	11,20	11,20	5,60	5,60	22,40	16,80	11,20	22,40
Seguro vida grupo	6,29	6,29	25,16	25,16	6,29	6,29	12,58	12,58	12,58	6,29	6,29	25,16	18,87	12,58	25,16
Contribuição plano de saúde	15,00	15,00	60,00	60,00	15,00	15,00	30,00	30,00	30,00	15,00	15,00	60,00	45,00	30,00	60,00
veículo/combustível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.721,31	1.721,31	0,00
Sub total	328,77	328,77	836,83	836,83	328,77	328,77	349,93	683,53	528,93	328,77	328,77	836,83	2.264,37	2.085,62	836,83
Administração	19,45	24,50	77,16	77,16	19,45	19,45	33,39	37,70	38,03	19,45	24,50	77,16	75,28	51,72	77,16
Lucratividade	19,65	24,75	77,94	77,94	19,65	19,65	33,72	38,08	38,41	19,65	24,75	77,94	76,03	52,24	77,94
TOTAL MONTANTE "B"	367,87	378,02	991,93	991,93	367,87	367,87	417,04	759,31	605,37	367,87	378,02	991,93	2.415,68	2.189,58	991,93
Total (Montante "A" + "B")	1.984,22	2.499,27	7.871,57	7.871,57	1.984,22	1.984,22	3.405,90	3.845,70	3.879,33	1.984,22	2.499,27	7.871,57	7.678,95	5.275,97	7.871,57
TRIBUTOS															

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

ISS (5,00%)	108,61	136,80	430,85	430,85	108,61	108,61	210,49	212,33	108,61	136,80	430,85	420,30	288,78	430,85	94,99
COFINS (3,00%)	65,16	82,08	258,51	258,51	65,16	65,16	111,85	126,30	65,16	82,08	258,51	252,18	173,27	258,51	56,99
PIS (0,65%)	14,12	17,78	56,01	56,01	14,12	14,12	24,23	27,36	14,12	17,78	56,01	54,64	37,54	56,01	12,35
TOTAL TRIBUTOS (8,65%)	187,89	236,66	745,36	745,36	187,89	187,89	322,51	364,15	187,89	236,66	745,36	727,13	499,59	745,36	164,33
PREÇO FINAL	2.172,11	2.735,93	8.616,93	8.616,93	2.172,11	2.172,11	4.209,85	4.246,67	2.172,11	2.735,93	8.616,93	8.406,08	5.775,56	8.616,93	1.899,80

(a) Salário referente ao mês março/2010.

(b) Despesas: gastos administrativos/operacionais.

(c) Lucro: ganho livre de despesas.

LOTE 3

ITENS	VALORES EM REAIS (R\$)														
	Posto A	Posto B	Posto C	Posto D	Posto E	Posto F	Posto G	Posto H	Posto I	Posto J	Posto K	Posto L	Posto M	Posto N	Posto P
MONTANTE "A"															
Piso Salarial	607,29	607,29	2.429,16	2.429,16	607,29	607,29	1.214,58	1.214,58	1.214,58	607,29	607,29	2.429,16	1.821,87	1.214,58	607,29
Adicional Noturno	0,00	125,14	175,19	175,19	0,00	0,00	0,00	0,00	43,80	0,00	125,14	175,19	175,19	0,00	0,00
Hora noturna Reduzida	0,00	116,88	163,63	163,63	0,00	0,00	0,00	0,00	46,11	0,00	116,88	163,63	163,63	0,00	0,00
Adicional risco de vida	182,19	182,19	728,76	728,76	182,19	182,19	364,38	364,38	364,38	182,19	182,19	728,76	546,57	364,38	182,19
Descanso semanal remunerado	23,38	71,78	133,22	133,22	23,38	23,38	23,38	32,73	50,71	23,38	71,78	133,22	109,84	32,73	0,00
Intra-jornada	116,88	116,88	327,27	327,27	116,88	116,88	116,88	163,63	163,63	116,88	116,88	327,27	210,38	163,63	0,00
Sub total (Remuneração)	929,74	1.220,16	3.957,23	3.957,23	929,74	929,74	1.719,22	1.775,32	1.893,21	929,74	1.220,16	3.957,23	3.027,48	1.775,32	789,48
Sub total	929,74	1.220,16	3.957,23	3.957,23	929,74	929,74	1.719,22	1.775,32	1.893,21	929,74	1.220,16	3.957,23	3.027,48	1.775,32	789,48
Encargos Sociais (73,85%)	686,61	901,09	2.922,41	2.922,41	686,61	686,61	1.269,64	1.311,07	1.390,75	686,61	901,09	2.922,41	2.235,79	1.311,07	583,03
TOTAL MONTANTE "A"	1.616,35	2.121,25	6.879,64	6.879,64	1.616,35	1.616,35	2.988,86	3.086,39	3.273,96	1.616,35	2.121,25	6.879,64	5.263,27	3.086,39	1.372,51
MONTANTE "B"															
Uniformes	23,62	23,62	94,48	94,48	23,62	23,62	47,24	47,24	121,80	23,62	23,62	94,48	70,86	47,24	23,62
Armas/Munições	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	28,75	0,00	0,00	28,75
Colete à prova balas	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	11,67	0,00	0,00	11,67
Vale Alimentação	176,00	176,00	480,00	480,00	176,00	176,00	176,00	480,00	240,00	176,00	176,00	480,00	304,00	176,00	176,00
Vale Transporte	44,96	44,96	76,25	76,25	44,96	44,96	8,53	38,13	38,13	44,96	44,96	76,25	31,29	38,13	44,96
Manutenção e depreciação equip.	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	9,80	35,00	35,00	9,80
Treinamento/reciclagem pessoal	7,08	7,08	28,32	28,32	7,08	7,08	14,16	14,16	25,00	7,08	7,08	28,32	21,24	14,16	7,08
Exame médico/psicológico	5,60	5,60	22,40	22,40	5,60	5,60	11,20	11,20	11,20	5,60	5,60	22,40	16,80	11,20	5,60
Seguro vida grupo	6,29	6,29	25,16	25,16	6,29	6,29	12,58	12,58	12,58	6,29	6,29	25,16	18,87	12,58	6,29
Contribuição plano de saúde	15,00	15,00	60,00	60,00	15,00	15,00	30,00	30,00	30,00	15,00	15,00	60,00	45,00	30,00	15,00
veículo/combustível	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.721,31	1.721,31	0,00
Sub total	328,77	328,77	836,83	836,83	328,77	328,77	349,93	683,53	528,93	328,77	328,77	836,83	2.264,37	2.085,62	328,77

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

Administração	82,56	104,00	327,55	327,55	82,57	82,57	141,72	160,03	161,43	82,57	104,00	327,55	319,53	219,54	327,55	72,22
Lucratividade	81,10	102,16	321,76	321,76	81,11	81,11	139,22	157,20	158,57	81,11	102,16	321,76	313,89	215,66	321,76	70,94
TOTAL MONTANTE "B"	492,43	534,93	1.486,14	1.486,14	492,45	492,45	630,87	1.000,76	848,93	492,45	534,93	1.486,14	2.897,79	2.520,82	1.486,14	471,93
Total (Montante "A" + "B")	2.108,78	2.656,18	8.365,78	8.365,78	2.108,80	2.108,80	3.619,73	4.087,15	4.122,89	2.108,80	2.656,18	8.365,78	8.161,06	5.607,21	8.365,78	1.844,44
TRIBUTOS																
ISS (5,00%)	115,42	145,39	457,90	457,90	115,42	115,42	198,12	223,71	225,66	115,42	145,39	457,90	446,69	306,91	457,90	100,95
COFINS (3,00%)	69,25	87,23	274,74	274,74	69,25	69,25	118,87	134,23	135,40	69,25	87,23	274,74	268,02	184,14	274,74	60,57
PIS (0,65%)	15,01	18,90	59,53	59,53	15,01	15,01	25,76	29,08	29,34	15,01	18,90	59,53	59,07	39,90	59,53	13,12
TOTAL TRIBUTOS (8,65%)	199,68	251,52	792,16	792,16	199,68	199,68	342,75	387,02	390,40	199,68	251,52	792,16	772,78	530,95	792,16	174,65
PREÇO FINAL	2.308,47	2.907,70	9.157,94	9.157,94	2.308,48	2.308,48	3.962,48	4.474,17	4.513,29	2.308,48	2.907,70	9.157,94	8.933,84	6.138,16	9.157,94	2.019,09

(a) Salário referente ao mês março/2010.

(b) Despesas: gastos administrativos/operacionais.

(c) Lucro: ganho livre de despesas.

7

28 6-15-

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

PREÇO MENSAL TOTAL E VALORES DE HORAS EXTRAS E REFORÇO

LOTE 1 PREÇO MENSAL TOTAL

POSTOS	VALORES (R\$)	QUANTIDADE	VALOR MENSAL
Posto "A"	2.172,11	7	15.204,77
Posto "B"	2.735,93	2	5.471,86
Posto "C"	8.616,93	9	77.552,37
Posto "D"	8.616,93	13	112.020,09
Posto "E"	2.172,11	0	0,00
Posto "F"	2.172,11	5	10.860,55
Posto "G"	3.728,41	0	0,00
Posto "H"	4.209,85	0	0,00
Posto "I"	4.246,67	0	0,00
Posto "J"	2.172,11	0	0,00
Posto "K"	2.735,93	0	0,00
Posto "L"	8.616,93	0	0,00
Posto "M"	8.406,08	0	0,00
Posto "N"	5.775,56	0	0,00
Posto "O"	8.616,93	0	0,00
Posto "P"	1.899,80	53	100.689,40
Total Mensal: Quant.e valor		89	321.799,04

LOTE 3 PREÇO MENSAL TOTAL

POSTOS	VALORES (R\$)	QUANTIDADE	VALOR MENSAL
Posto "A"	2.308,47	19	43.860,93
Posto "B"	2.907,70	0	0,00
Posto "C"	9.157,94	0	0,00
Posto "D"	9.157,94	0	0,00
Posto "E"	2.308,48	0	0,00
Posto "F"	2.308,48	0	0,00
Posto "G"	3.962,48	0	0,00
Posto "H"	4.474,17	0	0,00
Posto "I"	4.513,29	0	0,00
Posto "J"	2.308,48	0	0,00
Posto "K"	2.907,70	0	0,00
Posto "L"	9.157,94	0	0,00
Posto "M"	8.933,84	0	0,00
Posto "N"	6.138,16	0	0,00
Posto "O"	9.157,94	0	0,00
Posto "P"	2.019,09	133	268.538,97
Total Mensal: Quant.e valor		152	312.399,90

LOTE 1 HORA EXTRA E REFORÇO

REFORÇO	R\$
Reforço Posto "A" - por dia	98,73
Reforço Posto "B" - por dia	124,36
Reforço Posto "C" - por dia	287,23
Reforço Posto "D" - por dia	287,23
Reforço Posto "E" - por dia	98,73
Reforço Posto "F" - por dia	98,73
Reforço Posto "G" - por dia	169,47
Reforço Posto "H" - por dia	140,33
Reforço Posto "I" - por dia	141,56
Reforço Posto "M" - por dia	280,20
Reforço Posto "N" - por dia	262,53
Reforço Posto "P" - por dia	86,35
HORA EXTRA	R\$
Hora Extra Posto "A"	14,81
Hora Extra Posto "B"	18,65
Hora Extra Posto "E"	14,81
Hora Extra Posto "F"	14,81
Hora Extra Posto "G"	25,42
Hora Extra Posto "H"	28,70
Hora Extra Posto "I"	28,95
Hora Extra Posto "M"	57,31
Hora Extra Posto "N"	39,38
Hora Extra Posto "P"	12,95
Percentual hora extra (%)	50
HORA FRACIONADA POSTO "O"	R\$
Diurna	10,70
Noturna	15,06

LOTE 3 HORA EXTRA E REFORÇO

REFORÇO	R\$
Reforço Posto "A" - por dia	104,93
Reforço Posto "B" - por dia	132,17
Reforço Posto "C" - por dia	305,26
Reforço Posto "D" - por dia	305,26
Reforço Posto "E" - por dia	104,93
Reforço Posto "F" - por dia	104,93
Reforço Posto "G" - por dia	180,11
Reforço Posto "H" - por dia	149,14
Reforço Posto "I" - por dia	150,44
Reforço Posto "M" - por dia	297,79
Reforço Posto "N" - por dia	279,01
Reforço Posto "P" - por dia	91,78
HORA EXTRA	R\$
Hora Extra Posto "A"	15,74
Hora Extra Posto "B"	19,83
Hora Extra Posto "E"	15,74
Hora Extra Posto "F"	15,74
Hora Extra Posto "G"	27,02
Hora Extra Posto "H"	30,51
Hora Extra Posto "I"	30,77
Hora Extra Posto "M"	60,91
Hora Extra Posto "N"	41,85
Hora Extra Posto "P"	13,77
Percentual hora extra (%)	50
HORA FRACIONADA POSTO "O"	R\$
Diurna	11,37
Noturna	16,00

DOCUMENTO N.º 2 DO CONTRATO

COMPOSIÇÃO DOS TIPOS DE POSTOS E RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS

- POSTO TIPO A - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do CONTRATANTE;
- POSTO TIPO B - 44 horas semanais noturnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 22:00 e 06:00 horas do dia subsequente, a critério do CONTRATANTE;
- POSTO TIPO C - 24 horas ininterruptas - posto guarnecido durante as 24 horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados.
- POSTO TIPO D - 24 horas ininterruptas - posto guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Posto exclusivo para CSO Valores e CSO Seret
- POSTO TIPO E - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do CONTRATANTE. Os prepostos deste posto serão lotados nos CSO Valores e CSO Seret e terão suas funções definidas no "PLANO DE SEGURANÇA".
- POSTO TIPO F - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do CONTRATANTE. Os prepostos deste posto terão atuação exclusiva no CSO Valores e CSO Seret e serão responsáveis pela supervisão contínua do pleno funcionamento dos demais postos ali dotados.
- POSTO TIPO G - 12 horas por dia – posto guarnecido ininterruptamente por 12 horas diárias, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do CONTRATANTE. Posto exclusivo para salas de auto-atendimento e salas de controle dos CSO Valores e Seret.
- POSTO TIPO H - 12 horas por dia – posto guarnecido ininterruptamente por 12 horas, todos os dias da semana, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do CONTRATANTE. Posto exclusivo para salas de auto-atendimento.
- POSTO TIPO I - 12 horas por dia – posto guarnecido ininterruptamente por 12 horas, todos os dias da semana, em horário compreendido entre 06:00 e 24:00 horas, a critério do CONTRATANTE. Os vigilantes destes postos devem possuir habilitação no curso de extensão para segurança pessoal e trajar paletó e gravata, como uniforme de trabalho.
- POSTO TIPO J - 44 horas semanais diurnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 06:00 e 22:00 horas, a critério do CONTRATANTE. Os prepostos serão responsáveis pela supervisão contínua do pleno funcionamento dos postos da dependência;
- POSTO TIPO K - 44 horas semanais noturnas - posto guarnecido ininterruptamente por 08 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 22:00 e 06:00 horas do dia subsequente, a critério do CONTRATANTE. Os prepostos serão responsáveis pela supervisão contínua do pleno funcionamento dos postos da dependência;
- POSTO TIPO L - 24 horas ininterruptas - posto guarnecido durante as 24 horas, todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. Os prepostos serão responsáveis pela supervisão contínua do pleno funcionamento dos postos da dependência;

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

- POSTO TIPO M -** Posto tático móvel, motorizado, desarmado e ativo todos os dias. Nos dias úteis: guarnecido por 12 horas ininterruptas, com horário entre 16:00 e 10:00 do dia subsequente, a critério do Banco. Nos dias não úteis: guarnecido por 24 horas ininterruptas. Posto exclusivo para Pronto Atendimento com ronda (verificar abaixo a descrição detalhada das atividades referentes a este posto).
- POSTO TIPO N -** Posto para ronda, motorizado, desarmado e ativo todos os dias úteis. Guarnecido por 12 horas ininterruptas, com horário entre 07:00 e 22:00, a critério do Banco. Posto exclusivo para rondas (verificar abaixo a descrição detalhada das atividades referentes a este posto).
- POSTO TIPO O -** 24 horas ininterruptas: guarnecido todos os dias da semana, inclusive sábados, domingos e feriados. O custo do posto será fracionado em horas e diferenciado entre hora diurna e noturna. O acionamento desse posto se dará a critério do Banco do Brasil, em razão da necessidade.
Posto exclusivo para acionamentos de pronto-atendimento, onde não houver Posto "M", ou pós-sinistro em todos os casos.
Obs.: O valor/dia do posto será calculado na proporção de 1/30 do seu valor total. Os valores das horas serão calculadas na proporção de 1/720, incidindo valor adicional noturno e reflexos apenas na hora noturna.
- POSTO TIPO P -** 44 horas semanais diurnas: guarnecido por 8 horas e 48 minutos, em dias úteis, em horário compreendido entre 6 e 22 horas, a critério do Banco. O posto contará com intervalo entre 1 e 2 horas, estabelecido conforme interesse do serviço.
Obs.: a existência deste posto não descaracteriza a natureza ininterrupta do serviço contratado, que considerado o conjunto dos postos deverá ser prestado de maneira ininterrupta durante o horário definido pelo Banco

DESCRIÇÃO DETALHADA DAS ATIVIDADES REFERENTES AOS POSTOS "M" e "N"

POSTO M

Características:

1. Posto de vigilância móvel, motorizado.
2. Desarmado.
3. Portando objeto para comunicação com a CAS (Central de Atendimento de Segurança do Banco do Brasil – (61) 3310-1010 e 3310-9090) empresa de Alarme e de Vigilância.
4. Responsável por Ronda de segurança e Pronto Atendimento.
5. Responsável pelo porte de envelope lacrado, com a chave da agência.
6. Responsável pela abertura da agência à polícia, quando necessário.
7. Responsável pelo acionamento de posto de vigilância para plantão na dependência, quando necessário.
8. Responsável pela desativação da senha do ambiente interno da agência, necessário à permanência de posto de plantão, quando autorizado pela CAS.
9. Responsável por relatório detalhado com os eventos atendidos e rondas realizadas.
10. Responsável por vistoriar a SAA (Sala de Auto-Atendimento) verificando, inclusive, o corredor de abastecimento dos TAA (Terminais de Auto-Atendimento), câmeras de CFTV (Circuito Fechado de TV), sensores de alarme, presença de objetos espúrios e demais condições e artefatos de segurança.

POSTO N

Características:

1. Posto de vigilância móvel, motorizado.
2. Desarmado.
3. Portando objeto para comunicação com a CAS (Central de Atendimento de Segurança do Banco do Brasil – (61) 3310-1010 e 3310-9090), empresa de Alarme e de Vigilância (que pode ser celular, rádio, etc.).
4. Responsável por Ronda de segurança.
5. Podendo portar envelope lacrado, com a chave da SAA, a critério da Reseg.
6. Responsável por relatório detalhado com as rondas realizadas.

PROCEDIMENTOS DA EMPRESA DE VIGILÂNCIA PARA PRONTO ATENDIMENTO E RONDAS.

Nota:

1. Todas as empresas deverão manter junto ao Banco do Brasil, através de suas Reseg, lista atualizada com os números e nomes dos supervisores das suas centrais 24 horas – identificando quais agências elas são responsáveis. Deverão estar cobertos todos os pontos onde houver serviço de vigilância para Pronto Atendimento.
2. Em caso de corte de linha, indícios de arrombamento ou outra situação que indique perigo ao patrimônio do Banco, deverá haver acionamento de vigilante para plantão até a chegada de vigilante do quadro próprio da dependência para cumprimento da próxima jornada regular.
3. A empresa deverá entregar relatório à Reseg no dia útil seguinte contendo as ocorrências (dia, local e hora) e providências adotadas (comparecimento da polícia, contatos com a empresa de Alarme e CAS – Central de Atendimento de Segurança do Banco do Brasil, e se foi designado vigilante de plantão, explicando motivos e duração do serviço).
4. Considerar:
 - a) **Alarme Externo**: disparos ocorridos em ambiente de sala de auto-atendimento, exceto Corredor de Abastecimento dos terminais de auto-atendimento, e outras áreas externas à Agência.
 - b) **Alarme Interno**: disparos ocorridos em qualquer ambiente interno da agência e Corredor de Abastecimento dos terminais de auto-atendimento.
 - c) **Corte de Linha**: falha na tentativa de contato ou falta de retorno do equipamento de alarme para sua central.

PRONTO ATENDIMENTO (Exclusivo para os Postos M e O)

Com Posto M – Pronto Atendimento realizado por Posto M.

Se Alarme Externo

1. Aciona o Posto M, que estará realizando a ronda.
2. Posto M se dirige à agência e:
 - vistoria a parte externa da dependência;
 - verifica a porta do auto-atendimento trancando-a, se possível;
 - comunica à sua base o que foi encontrado e, se necessário, aciona posto para plantão, aguardando a sua chegada no local;
 - telefona à empresa de Alarme comunicando a atual situação da dependência, de seu alarme e sobre a presença de segurança ininterrupta no local;
 - quando acionado o vigilante para o plantão (seja ele próprio ou outra pessoa), o posto entrará em contato com a CAS – Central de Segurança do Banco do Brasil para obter a senha de desativação do alarme da parte interna da agência, necessária ao plantão;
 - telefona à CAS – Central de Atendimento de Segurança do Banco do Brasil ((61) 3310-9090) informando o encerramento da ocorrência.

Se Alarme Interno ou Corte de Linha

1. Aciona o Posto M, que estará realizando a ronda.
2. Posto M se dirige ao batalhão ou posto da polícia mais próximo ou negocia encontro com os policiais em local próximo à dependência – o que for mais rápido- portando a chave da dependência e aparelho

para comunicação com as centrais da empresa de Vigilância, Alarme e CAS – Central de Atendimento de Segurança do Banco do Brasil.

3. Posto M acompanha os policiais até a agência e:
 - acompanha vistoria da parte externa da dependência pela polícia;
 - informa à CAS e empresa de Alarme que irá abrir a porta da agência à polícia para vistoria interna;
 - comunica à sua base o que foi encontrado e, se necessário, aciona posto para plantão, aguardando a sua chegada no local.
 - telefona à empresa de Alarme comunicando a atual situação da dependência, de seu alarme e sobre a presença de segurança ininterrupta no local;
 - telefona à CAS – Central de Atendimento de Segurança do Banco do Brasil ((61)3310-9090) informando o encerramento da ocorrência.

RONDAS (Exclusivo para os Postos M e N)

Posto M

1. posto M deverá realizar vistoria nas agências e postos de atendimento pré-determinados pela Reseg.
2. A vistoria consiste em verificar no ambiente externo dos pontos de atendimento a existência de prejuízos ou tentativas ao patrimônio do Banco.
3. Caso esteja aberta, o posto M deverá realizar vistoria na SAA, verificando, inclusive, o corredor de abastecimento dos TAA, se visível, câmeras de CFTV, sensores de alarme e demais condições e artefatos de segurança da SAA.
4. Deverá ser preenchido, a cada vistoria, check-list elaborado pela Reseg, a ser entregue junto com o relatório, no dia útil seguinte.
5. A ronda deverá ser interrompida imediatamente em prol do Pronto Atendimento.
6. Cada ponto de atendimento deverá ser vistoriado no mínimo uma vez por período de 12 horas.

Posto N

1. posto N deverá realizar vistoria nas agências e postos de atendimento pré-determinados pela Reseg ou solicitadas através da CAS – Central de Atendimento de Segurança do Banco do Brasil.
2. A ronda baseada no roteiro da Reseg deverá ser interrompida imediatamente em prol do acionamento pela CAS.
3. A vistoria consiste em verificar no ambiente externo dos pontos de atendimento a existência de prejuízos ou tentativas ao patrimônio do Banco.
4. Posto N deverá realizar vistoria na SAA, verificando, inclusive, o corredor de abastecimento dos TAA, câmeras de CFTV, sensores de alarme, presença de objetos espúrios e demais condições e artefatos de segurança da SAA.
5. Se identificado alguma anormalidade, deve-se seguir os procedimentos previamente acordados com a Reseg.
6. Deverá ser preenchido, a cada vistoria, check-list elaborado pela Reseg, a ser entregue junto com o relatório, no dia útil seguinte.

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

RELAÇÃO DE DEPENDÊNCIAS

LOTE 01

Pref	SB	Nome da dependência	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	k	L	M	N	O	P	Rádio HT
7	00	RECIFE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
7	64	MARCO ZERO / PAB POLÍCIA FEDERAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	65	MARCO ZERO / PAB DEL. MIN FAZEN	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
7	66	MARCO ZERO / PAB ASSEMBLEIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7	70	MARCO ZERO/PAB CAMARA MUNICIPAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0007	71	MARCO ZERO/PAB BACEN (1620)	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
67	00	GARANHUNS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
67	04	GARANHUNS / PAB PREFEITURA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
68	00	ARCOVERDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
159	00	CARUARU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
821	00	PAULISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
870	00	SALGUEIRO	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1732	00	CANHOTINHO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1739	00	CAPOEIRAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1836	00	IMBIRIBEIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
7420	00	CSL RECIFE/ DEREÇ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7420	00	PORTA LARGA	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7420	00	CSL RECIFE	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7420	00	CSL ARCOVERDE	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
7420	00	AG RECIFE - CONDOMINIO/CSL	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2564	00	SALOA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2625	00	SÃO JOÃO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
3234	00	GOVERNO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3234	00	S PÚBLICO RECIFE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3234	15	S PÚBLICO/ PAB TRT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3234	16	S PÚBLICO/ PAB FORUM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
3234	17	S PÚBLICO/ PAB FORUM TRABALHISTA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
3243	07	AGAMENON/PAB TRT	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3243	08	PAB FORUM VAREJO (AG. AGAMENON)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3433	00	EMPRESARIAL RECIFE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
3503	00	ABREU E LIMA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
3504	00	CAMARAGIBE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
4076	00	SÃO CAETANO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
4119	00	BUIQUE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
4274	00	MARIM DOS CAETES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
4806	00	GEREL SEMAT RECIFE	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4997	00	PRINCESA DO AGRESTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
8489	00	SUPER VAREJO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9406	00	TEREG / NUVAL	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9700	00	SERET ARCOVERDE	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9703	00	SERET CARUARU	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9704	00	SERET GARANHUNS	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9705	00	SERET SALGUEIRO	0	0	0	2	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
9921	00	CCBB	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL			7	2	9	13	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	53	0

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

LOTE 03

PREF.	SB	NOME	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	RÁDIO HT
0115	00	PALMARES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
0196	00	AGRESTINA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
0220	00	GOIANA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
0220	01	GOIANA/PAB ITAPESSOCA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0233	00	VITORIA SANTO ANTAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
0244	00	AGUA PRETA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
0325	00	DANTAS BARRETO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
0325	09	DANTAS BARRETO/PAB TANC.NEVES	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0710	00	BARREIROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
0714	00	CABO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
0714	01	CABO/ PAB PETROBRÁS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0714	02	CABO/ PAB BRAHMA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
0834	00	BONITO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
0922	00	GRAVATA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
0934	00	JABOATAO GUARARAPES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
1052	00	CUPIRA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1058	00	ESCADA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1138	00	SAO LOURENCO DA MATA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1264	00	ALIANCA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1358	00	AMARAJI	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1361	00	IGARASSU	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1509	00	CASA FORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
1509	02	CASA FORTE/PAB.HOSP.AGAMENON MAGALHAES	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1643	00	BEZERROS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1710	00	CAMOCIM DE SAO FELIX	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1761	00	CATENDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1771	00	CHA GRANDE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1792	00	CONDADO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
1814	00	SHOPPING TACARUNA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1814	01	SHOP.TACARUNA/PAB.SESI	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1814	03	SHOP.TACARUNA/PAB.TRF-TRIB.REG.FEDERAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1833	00	BENFICA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1833	02	BENFICA/PAB.TELEMAR	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1833	04	BENFICA/PAB.CBTU-AREIAS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1833	05	BENFICA/PAB.CBTU-CAVALEIRO	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1835	00	CAXANGÁ	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
1835	02	CAXANGÁ/PAB.HOSP.BARÃO LUCENA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1835	03	CAXANGÁ/PAB.HOSP.GETÚLIO VARGAS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1837	00	PRAZERES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
1838	00	AFOGADOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
1839	00	AVENIDA GUARARAPES	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
1839	01	AV.GUARARAPES/PAB.ECT-DIRET.REGIONAL	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1850	00	SANTO ANTONIO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2081	00	GLORIA DO GOITA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2138	00	IPOJUCA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
2238	00	LAGOA DOS GATOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2326	00	MORENO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2335	00	NAZARE DA MATA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2473	00	POMBOS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2527	00	RIACHO DAS ALMAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

2529	00	RIBEIRAO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
2541	00	RIO FORMOSO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2559	00	SAIRE	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2693	00	SIRINHAEM	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
2802	00	CASA AMARELA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
2802	01	CASA AMARELA/PAB FUNDARJ	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2805	00	AV. NORTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	0
2805	01	AV. NORTE/PAB.DRT	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2805	02	AV. NORTE/PAB.DNOCS	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2805	03	AV. NORTE/PAB.FUNASA	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2855	00	BELEM DE MARIA	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
3056	00	PIEDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
3242	00	PREFEITURA DO RECIFE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
3924	00	TAMANDARE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
4012	00	SAO JOAQUIM DO MONTE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
4118	00	CAVALEIRO	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	0
4357	00	CHESF	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
4357	01	CHESF/PAB FACHESF	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
4600	00	PORTO DE GALINHAS	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0
TOTAL			19	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	133	0

=====

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA.

=====

DOCUMENTO N.º 3 DO CONTRATO

=====

RELAÇÃO DAS DEPENDÊNCIAS ONDE OS SERVIÇOS FORAM EFETIVAMENTE PRESTADOS

=====

Lote N.º:
Mês/Ano:

PREFIXO/NOME DA DEPENDÊNCIA	ENDEREÇO	QUANTIDADE CONTRATADA	VALOR – R\$

[Handwritten signatures and initials]

[Handwritten signature]

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

DOCUMENTO N.º 4 DO CONTRATO

TERMO DE ASSUNÇÃO DOS SERVIÇOS

Pelo presente instrumento, a empresa - CNPJ, neste ato representada por seu Sr. CPF, assume, a partir desta data, os serviços de vigilância armada com cobertura ininterrupta, bem como realiza compromisso particular de guarda de segredo profissional de todas as informações que lhe venham a ser confiadas para fins do cumprimento do presente contrato, implicando diretores e empregados, os quais se lhe estão submetidos em consequência do poder patronal, ficando abrangido o compromisso nos termos da legislação federal vigente, para imóveis utilizados pelo CONTRATANTE, no Estado de **Pernambuco– Lotes 1 e 3**, nos termos do Contrato de Prestação de Serviços n.º 2010/9600-0114, assinado em, decorrente do Pregão Eletrônico n.º 2010/21873 (9600).

Brasília (DF),

CONTRATADA:

NOME E ASSINATURA (representante legal)
CPF:



VALIDAÇÃO COM O SELO DE	Reconheço a(s) assinatura(s) de <u>JOSE CARLOS DA SILVA PEREIRA JR</u>
	<u>7893</u> Dou fé, <u>26/10/10</u>
	em verdade.
	<u>JOSE CARLOS DA SILVA PEREIRA JR</u>
	Interlocutor - Gilberto Fabricio de Souza Filho
	Substituto - Ivaneide Nunes da Silva Fabricio

CONTRATO N.º 2010/9600-0114, DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA ARMADA NO ESTADO DO PERNAMBUCO – LOTES 1 E 3, CELEBRADO ENTRE O BANCO DO BRASIL E A EMPRESA INTERFORT SEGURANÇA DE VALORES LTDA..

DOCUMENTO N.º 5 DO CONTRATO

MINUTA DE DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO E IMUNIDADE DE TRIBUTOS

IR, CSLL, COFINS, PIS/PASEP-Retenção na Fonte
Declaração de Isenção – Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL)

DECLARAÇÃO DE ISENÇÃO

Ilmo. Sr. (autoridade a quem se dirige)

.....(Nome da entidade), com sede.....(endereço completo), inscrita no CNPJ sob o n.º..... DECLARA à.....(nome da entidade pagadora), para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da CSLL, da COFINS, e da contribuição para o PIS/PASEP, a que se refere o art. 64 da Lei n.º 9.430, de 27 de dezembro de 1996 e art. 34 da Lei n.º 10.833, de 29 de dezembro de 2003, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – SIMPLES NACIONAL, nos termos da Lei Complementar nº123, de 14 de dezembro de 2006.

01. Para esse efeito, a declarante informa que:

a) preenche os seguintes requisitos:

- I conserva em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- II cumprir as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente.

b) o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal e à unidade pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação destas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei n.º 9.430, de 1996, o sujeitará, juntamente com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei n.º 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Local e data

Assinatura do Responsável